

BNDES sob assédio

INSTITUIÇÃO ENFRENTA PRESSÕES DE GOVERNADORES E EMPRESAS EM DIFICULDADES

*Rogério Furquim Werneck**

De um lado, boas notícias. Há na mídia manifestações indignadas contra as pressões para que seja reaberto no BNDES o hospital de empresas que ali funcionou nos anos oitenta. De outro, más notícias. Não obstante toda a indignação, uma parte importante do que vem sendo considerada a elite política do País continua defendendo abertamente o reforço do papel do BNDES no atendimento hospitalar de empresas.

A velha síndrome de empurrar o passivo de empresas em dificuldades para dentro de instituições financeiras do setor público volta a se manifestar com toda força. Entre nós, trata-se de prática secular que remonta aos primórdios do Banco do Brasil. Quando tudo o mais falha e a empresa já não tem mais acesso ao crédito, resta o banco estatal como emprestador de última instância. Mesmo quando já não há mais dúvida de que a empresa é inviável. Quase sempre, o financiamento estatal serve apenas para viabilizar o resgate de credores privados. Ao fim e ao cabo da história, quando a empresa afinal vai a pique, constata-se que, por estranha disposição do destino, restaram apenas credores estatais.

Se dirigentes e funcionários da instituição financeira resistem, reforça-se o *lobby*. Mobilizam-se ministros e governadores. E, de todos os lados, acorrem políticos zelosos. Há empregos a salvar. E se não é para isto, para quê servem os bancos estatais?

As várias autópsias de banco estaduais que vieram a público nos últimos anos são particularmente instrutivas nesta matéria. Impressionam menos pelo proverbial e desmedido uso que desses bancos fizeram os governadores -- no financiamento dos próprios Estados e de suas agências e empresas --, do que pelo despropositado acesso ao crédito concedido a empresas privadas que sabidamente vinham enfrentando dificuldades. Quem já não se lembra pode consultar novamente a bem documentada autópsia do Banespa.

Já não restam muitos bancos estaduais. Mas subsistem os federais. E entre eles, sobressai o BNDES. No quadro desolador de penúria de recursos que parece dominar a maior parte do setor público -- federal, estadual e municipal --, o BNDES é percebido como uma instituição ilimitadamente rica. Não é de se espantar que esteja tão assediado. E não apenas por empresas privadas em dificuldades. Está assediado também por governadores, apreensivos com o descompasso entre a melhora possível do quadro fiscal em seus Estados e a melhora que consideram necessária para enfrentar, em posição minimamente confortável, os desafios das eleições do ano que vem e de 2002.

A verdade é que os governadores ficaram mal acostumados. Querem que o BNDES volte a atuar com a mesma generosidade com que atuou na memorável campanha de 1996-97, quando patrocinou farta distribuição de recursos federais aos Estados sob a forma de adiantamentos de receitas de privatização.

Como os Estados já não têm muito mais o que privatizar, recorrem à criatividade. O nome do jogo agora é a capitalização dos fundos estaduais, de forma a poder “retirar as aposentadorias e pensões das despesas de pessoal dos tesouros estaduais”. Para isto os Estados mobilizam o que estiver à mão: imóveis urbanos, terras devolutas, ações de empresas que jamais serão privatizadas e até direitos sobre fluxos futuros de *royalties* decorrentes de atividades de extração mineral ou de projetos hidrelétricos. A arte está em recorrer ao BNDES para transformar a maior parte disto em dinheiro, seguindo o mesmo princípio de sempre: dinheiro na frente e ajuste fiscal, quem sabe, mais adiante. Se o banco resiste, brande-se em Brasília a necessidade imperiosa de se manter um jogo cooperativo com os governadores.

Nada indica que o assédio que vem sofrendo o BNDES, seja por parte de empresas em dificuldades, seja por parte de governadores mais afoitos, vá desaparecer da noite para o dia. Mas será mais fácil conter o assédio, se o Planalto mostrar um pouco mais de empenho em se desvincular da inoportuna proposta “desenvolvimentista” de fazer da expansão de crédito das instituições financeiras federais o motor da retomada do crescimento econômico no País. Na verdade, é bom lembrar que a proposta “desenvolvimentista” original, amplamente discutida na mídia ao longo do segundo semestre do ano passado, era agrupar todas essas instituições – BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia – sob um mesmo ministério, comandado por um “nome forte”. Um arranjo que mais parece a descrição de um pesadelo de irresponsabilidade fiscal. Do pior tipo. Irresponsabilidade fiscal que advém da determinação e da vontade política. Da “força”, não da tibieza. Por sorte, por enquanto pelo menos, tudo não passa de uma proposta.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.